

Proposta de componente curricular específico de extensão para os Cursos Superiores de Tecnologia:

Introdução à prática extensionista

Samanta Ramos dos Santos Leske
Leandro Rafael Pinto (orientador)



Proposta de componente curricular específico de
extensão para os Cursos Superiores de Tecnologia:
Introdução à prática extensionista

Samanta Ramos dos Santos Leske
Leandro Rafael Pinto (orientador)

Autoria: Samanta Ramos dos Santos Leske

Orientação: Leandro Rafael Pinto

Revisão: Danúbia Ramos dos Santos Mozeléski

Diagramação e capa: Hevelin Cristine de Oliveira Batista

Dados da Catalogação na Publicação

Instituto Federal do Paraná

Biblioteca do Campus Curitiba

L629p Leske, Samanta Ramos dos Santos

Proposta de componente curricular específico de extensão para os cursos superiores de tecnologia : introdução à prática extensionista / Samanta Ramos dos Santos Leske ; orientador, Leandro Rafael Pinto.– Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2022. - 52 p.: il. color.

1. Ensino profissional. 2. Ensino superior. 3. Currículos – Planejamento. 4. Formação profissional. I. Pinto, Leandro Rafael. II. Institutos Federais. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. III. ProfEPT. IV. Título.

CDD: 23. ed. - 370

SUMÁRIO

Apresentação	05
MÓDULO 1	
<i>Conhecendo a extensão</i>	<i>08</i>
MÓDULO 2	
<i>A extensão no IFPR</i>	<i>22</i>
MÓDULO 3	
<i>Elaborando uma proposta de extensão</i>	<i>29</i>
MÓDULO 4	
<i>Praticando a extensão</i>	<i>39</i>
MÓDULO 5	
<i>Avaliando a prática extensionista</i>	<i>42</i>
Considerações Finais	49
Referências	50
Sobre os autores	52



Apresentação

Este produto educacional é resultado do trabalho de pesquisa intitulado “A curricularização da extensão nos Cursos Superiores de Tecnologia do IFPR: concepções e subsídio para a inserção curricular”, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). O estudo vincula-se à linha de pesquisa “Organização e memórias de espaços pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica” e ao macroprojeto “Organização de espaços pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica”.

Ao se considerar a necessidade de inserção de, no mínimo, 10% dos créditos curriculares em atividades de extensão para todos os cursos superiores do IFPR, atendendo assim ao Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), à Resolução CNE/CES nº 07/2018 e à Instrução Normativa Reitoria/IFPR nº 01/2021, apresenta-se este produto, o qual se constitui como uma possibilidade de ação para a curricularização da extensão na instituição, em especial aos Cursos Superiores de Tecnologia, os quais possuem como característica conferir ao discente uma formação especializada em áreas tecnológicas e científicas.

No IFPR, a extensão será inserida de forma obrigatória nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de graduação e, de modo facultativo, nos cursos técnicos de nível médio e de pós-graduação lato sensu.

De acordo com os normativos, a inserção das atividades extensionistas no currículo dos cursos poderá ocorrer das seguintes formas:

I – parte de componentes curriculares não específicos de extensão: trata-se da distribuição de horas de atividades extensionistas nos componentes curriculares não específicos de Extensão, previstos no PPC.

II – componentes curriculares específicos de extensão: trata-se da criação de um ou mais componentes curriculares específicos de extensão, inseridos na estrutura da matriz curricular do curso. Nesta modalidade, enquadra-se também a creditação das horas realizadas em projetos de extensão oferecidos pelo *campus*.

III – Composição das duas formas (I e II), concomitantemente.

Neste sentido, este produto consiste em uma proposta de componente curricular específico de extensão, composta por 5 (cinco) módulos, os quais totalizam 40 (quarenta) horas:

- **Módulo 1** – Conhecendo a extensão – 8 (oito) horas;
- **Módulo 2** – A extensão no IFPR – 4 (quatro) horas;
- **Módulo 3** – Elaborando uma proposta de extensão – 8 (oito) horas;
- **Módulo 4** – Praticando a extensão – 14 (catorze) horas;
- **Módulo 5** – Avaliando a prática extensionista – 6 (seis) horas.

Por meio da oferta de um componente curricular específico de extensão, objetiva-se promover a preparação dos discentes à prática extensionista, proporcionando a estes uma maior compreensão das concepções e finalidades deste eixo, a fim de que venham a desenvolver no decorrer do curso práticas que busquem a transformação social por meio do protagonismo estudantil e da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Este material foi planejado para os Cursos Superiores de Tecnologia, público alvo da pesquisa realizada. No entanto, espe-

ra-se que o mesmo possa ser utilizado para os demais cursos superiores do IFPR, bem como para os Cursos Técnicos de Nível Médio e de Pós-graduação lato sensu que assim desejarem. Nestes casos, os colegiados deverão analisar a viabilidade, a relevância e as possibilidades de utilização deste material, podendo realizar as adaptações necessárias, considerando as especificidades de cada curso.

Sua construção foi pensada a partir dos desafios apresentados pelos docentes participantes da pesquisa quanto à oferta de atividades de extensão no currículo dos cursos, principalmente ao considerar o perfil dos discentes trabalhadores e daqueles matriculados no período noturno. Essas particularidades enaltecem a necessidade de oferta de ações de extensão integradas às atividades curriculares, intrínsecas à prática educativa e ao processo de ensino-aprendizagem, garantindo assim a oferta de tempos e espaços para essa prática e a ampliação das possibilidades de aprendizagem.

Como forma de organização, sugere-se que o componente seja ofertado no primeiro semestre/período do curso, uma vez que, a partir da participação neste componente, espera-se que o discente esteja preparado para desenvolver as atividades extensionistas necessárias para a integralização do curso, seja por meio dos demais componentes de extensão, específicos ou não, seja por meio dos projetos cadastrados no Comitê de Pesquisa e Extensão (Cope) de seu *campus*.

Registra-se que este material não significa uma defesa sobre a melhor estratégia a ser utilizada para fins da curricularização da extensão, uma vez que cada curso, cada campus e cada comunidade acadêmica possuem suas especificidades e estas deverão ser consideradas no momento da escolha do currículo a ser ofertado.

Salienta-se ainda que este material corresponde a um primeiro olhar sobre a sistematização de um componente curricular específico de extensão, portanto, é possível que o mesmo passe por atualizações, após serem observadas as práticas instituídas e dialogadas nos *campi*.

MÓDULO 1

CONHECENDO A EXTENSÃO

PLANO DE AULA

Carga horária: 8 (oito) horas

Objetivos:

- Compreender a concepção de extensão;
- Sintetizar o percurso histórico da extensão no Brasil;
- Discutir sobre as diversas diretrizes e princípios extensionistas;
- Refletir sobre as possibilidades de oferta da extensão;
- Compreender o fazer extensionista e suas especificidades;
- Analisar as particularidades da extensão produzida na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e no IFPR.

Conteúdos:

Conceito de extensão; Breve histórico da extensão no Brasil; Base Legal da extensão, Diretrizes e princípios da extensão; A extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Metodologia:

Aula expositiva; Exposição de projetos; Análise de projetos; Discussão em grupo; Apresentação de trabalhos; Elaboração de Mapas Conceituais.

Recursos Didáticos:

Quadro branco, caneta de quadro e apagador; Projetor Multimídia; Computador e/ou outros recursos digitais para consultas e elaboração de atividades; demais recursos que se fizerem necessários.

Para dar início à abordagem extensionista, apresenta-se neste módulo as concepções e diretrizes da temática, bem como um breve histórico da extensão no Brasil e como se dá a prática extensionista na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O que é extensão?

Extensão é a atividade acadêmica que articula as instituições de ensino e a sociedade por meio de diversas ações, voltadas às demandas sociais. No IFPR, a extensão é compreendida como um

“processo educativo, cultural, político, social, inclusivo, científico e tecnológico que promove, de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, a interação entre o IFPR e a sociedade” (IFPR, 2018, p.2)

A extensão tem como pressuposto a inter-relação dialógica e transformadora com a sociedade, em articulação permanente e indissociável com o ensino e com a pesquisa. Tem como objetivo contribuir para o processo formativo do educando, por meio da produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, voltados aos desenvolvimentos socioeconômicos, ambientais e culturais. Também se busca a transformação social, a contribuição à superação das desigualdades sociais e a contribuição à responsabilidade socioambiental, sendo indispensável a participação discente e a participação da comunidade externa.

Sendo assim, a proposta da extensão no IFPR proporciona uma formação humana e cidadã e possibilita uma maior interação com novas realidades acadêmicas e sociais.

Breve histórico da Extensão no Brasil

A prática extensionista no Brasil teve suas primeiras manifestações no final do século XIX, sob forte influência de duas correntes: uma norte-americana e outra europeia. A primeira, com origem nos Estados Unidos, estava centrada em fins comerciais e empresariais por meio de prestação de serviços. A segunda corrente, de origem europeia, trouxe à extensão um caráter assistencialista direcionado à formação de adultos (LISBÔA FILHO, 2022).

Os primeiros registros oficiais da extensão nas legislações

brasileiras surgiram somente em 1931, com o Estatuto da Universidade Brasileira, e em 1961 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024 (FORPROEX, 2007). Em ambos os documentos a extensão encontrava-se centrada na modalidade no assistencialismo e na transmissão unilateral de conhecimentos.

Somente em 1968, por intermédio da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68), a extensão se tornou obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino superior, desta vez caracterizada como cursos e serviços especiais estendidos à comunidade.

“Art. 20. As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes” (BRASIL, 1968)

De acordo com Lisbôa Filho (2022), a extensão inicia uma fase de transição na década de 1970, evoluindo de sua origem assistencialista para uma perspectiva mais transformadora. E, desde então, tem sido promovida a partir da transformação social, da valorização dos sujeitos e do estímulo de um despertar da consciência crítica dos cidadãos para os seus direitos.

Com a instituição do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex) em 1987, entidade voltada para a movimentação e a definição de políticas acadêmicas de extensão no Brasil, a extensão universitária passou a valorizar o saber popular e a troca de saberes entre a universidade e a sociedade.

Este período também foi marcado pela promulgação de uma Constituição Cidadã, a Constituição Federal de 1988 (CF/88), a qual apresenta a extensão como uma das funções que compõem os pilares das universidades, além de designar o critério da indissociabilidade:

“Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de in-

dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”
(BRASIL, 1988)

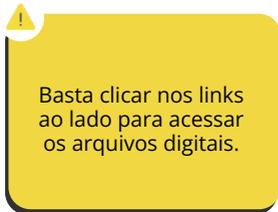
Após a institucionalização do Forproex e o reconhecimento constitucional da extensão, novas ações foram estabelecidas pelo Ministério da Educação, como a criação de programas específicos para fomento e a definição das diretrizes, objetivos e tipologia da extensão, bem como da metodologia a ser adotada em sua implementação, ressignificando a extensão numa perspectiva cidadã (FORPROEX, 2012).

Base Legal da Extensão

Para dar seguimento a compreensão da extensão na atualidade, faz-se necessário apresentar as normas e regimentos vigentes, sob os quais a extensão se estabelece.

Os principais documentos que orientam o desenvolvimento das atividades extensionistas nas instituições de ensino superior brasileiras são:

- [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#)
- [Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional \(LDB\)](#)
- [Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação \(PNE\)](#)
- [Resolução CNE/CES nº 07/2018 - Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira](#)
- [Política Nacional de Extensão Universitária](#)



Torna-se relevante também apresentar os fóruns nacionais de extensão das instituições públicas de nível superior, os quais se apresentam como espaços de discussão sobre as políticas de extensão:

- Forproex - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras - entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão nas instituições públicas de educação superior brasileiras. Instituído em 1987.
- Forproext - Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – entidade voltada à construção e sistematização das atividades extensionistas na Rede Federal sob os pressupostos da Educação Profissional e Tecnológica. Instituído em 2009.

Nesta perspectiva, o IFPR, por ser uma instituição pertencente à Rede Federal, segue os preceitos e orientações firmados pelo Forproext, os quais também se encontram alinhados às diretrizes do Forproex.

Diretrizes de extensão

Neste tópico serão abordadas as diretrizes que orientam o fazer extensionista.

A Política Nacional de Extensão Universitária apresenta as diretrizes da extensão, as quais se estabelecem em orientações para a formulação, implementação e avaliação das ações, sendo elas:

- Interação dialógica;
- Interdisciplinaridade e interprofissionalidade;
- Indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão;
- Impacto na formação discente;
- Impacto e transformação social.

Popularmente conhecidas como “os cinco ‘is’ da extensão”, essas diretrizes deverão nortear todo o processo extensionista brasileiro e serão brevemente pontuadas a seguir, de acordo com a Política Nacional.



Fonte: A autora (2022).

A diretriz da interação dialógica direciona ao desenvolvimento de relações entre as instituições de ensino e a sociedade que sejam marcadas pelo diálogo e pela troca de saberes. Neste sentido, a extensão deixa de estender à sociedade o conhecimento acumulado pela instituição, mas passa a produzir um novo conhecimento, por meio da interação com a sociedade, o qual venha a contribuir para o impacto e transformação social.

A interdisciplinaridade e interprofissionalidade buscam a combinação de especialização e interação de modelos, conceitos e metodologias, oriundos dos diversos componentes curriculares e áreas do conhecimento, assim como pela composição de arranjos intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais.

A diretriz da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão reafirma a extensão como um processo acadêmico, e considera que as ações desenvolvidas adquirem maior efetividade.

de se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento. Com esta diretriz, apresenta-se um novo conceito de sala de aula, o qual não se limita ao espaço físico tradicional de ensino-aprendizagem e ao eixo pedagógico clássico (discente-docente), abrindo espaço para uma nova configuração (discente-docente-comunidade).

O impacto na formação discente ocorre pelo enriquecimento da experiência acadêmica em termos teóricos e metodológicos. Também se dá pela atuação discente no protagonismo das ações: no levantamento das demandas junto à comunidade, na proposição de soluções, na realização das ações e demais atividades pertinentes, como exemplo a avaliação. A experiência extensionista oportuniza aos discentes uma formação de profissionais preparados para uma vivência social participativa, em busca de soluções para as demandas da comunidade.

A diretriz do impacto e transformação social reitera a extensão como um mecanismo pelo qual se estabelece a inter-relação das instituições de ensino com os demais setores da sociedade, objetivando uma atuação transformadora voltada aos interesses e necessidades da população, e ao desenvolvimento social e regional. As ações extensionistas ampliam as possibilidades de aprendizagem para além da sala de aula, proporcionando um aprendizado mútuo.

Ao atender estas diretrizes, a extensão torna-se instrumento de relação das instituições de ensino com a sociedade, de democratização do conhecimento acadêmico e de interligação das demandas da comunidade ao conhecimento produzido por meio do diálogo, da troca de saberes, do debate e da transformação social. E de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, proporciona uma formação integral aos nossos discentes.

Nessa perspectiva, a extensão se apresenta como uma possibilidade de mudança de caminhos, como construção de uma nova política educacional que possibilita a redefinição de novas teorias e práticas acadêmicas, baseadas num novo entendimento do que é a produção do conhecimento.

Princípios da extensão

A seguir, apresentam-se os princípios norteadores das atividades extensionistas no âmbito das instituições de ensino superior públicas brasileiras, também dispostos na Política Nacional de Extensão Universitária.

- 1) A ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades locais, regionais e do País;
- 2) A Universidade não pode imaginar-se proprietária de um saber pronto e acabado, o qual será oferecido à sociedade. Por participar dessa sociedade, ela deve ser sensível a seus problemas e necessidades, sejam estes expressos pelos grupos sociais com os quais dialoga ou apreendidos por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- 3) A Universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem a superação das desigualdades e da exclusão social;
- 4) A ação cidadã das Universidades não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas e necessidades se tornam objeto de ação, sejam também consideradas sujeitos desse conhecimento, tendo pleno direito de acesso ao resultado dessas pesquisas;
- 5) A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, da pesquisa e da extensão, devendo ser encarada como um trabalho social ou ação que vise a transformação social;
- 6) A atuação junto ao sistema de ensino público deve se compor em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica por meio de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.



ATENÇÃO!

A Política Nacional faz referência às universidades, no entanto, se aplica a todas as instituições de ensino superior públicas brasileiras, o que é o caso dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Por força de lei, para a aplicação das disposições que regem o ensino superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais:

“Art. 2º [...] § 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais” (BRASIL, 2008).

A Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Criada em 2008 por meio da Lei nº 11.892/2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta por diversas instituições de ensino, dentre elas os 38 (trinta e oito) Institutos Federais espalhados por todo o território nacional.

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

Conforme já apresentado neste módulo, as ações extensionistas desenvolvidas nas instituições pertencentes à Rede Federal encontram-se amparadas na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Plano Nacional de Educação (PNE), na Política Nacional de Extensão Universitária e nas Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. No entanto, também estão sustentadas pelos documentos orientadores voltados aos pressupostos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), preconizados pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal, o Forproext.

Dentre as finalidades dos Institutos Federais presentes em sua lei de criação, apresenta-se o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica. Também se evidencia o desenvolvimento de atividades extensionistas de acordo com os princípios e finalidades da EPT, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, como um de seus objetivos.

Quanto à construção e sistematização das atividades de extensão na Rede Federal, abaixo apresentam-se as diretrizes para a formulação de ações extensionistas, definidas pelo Forproext.

- 1) Contribuir para o desenvolvimento da sociedade constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino
- 2) Buscar interação sistematizada da Rede Federal de EPCT com a comunidade por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil
- 3) Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular

- 4) Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos
- 5) Participar criticamente de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável, em todas as suas dimensões
- 6) Articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional estabelecendo mecanismos de inclusão

Por fim, destaca-se o desenvolvimento da extensão nos Institutos Federais em toda a sua estrutura *multicampi*, sem diferenciação de níveis e modalidades de ensino. Deste modo, a todos os discentes é possibilitada a vivência de práticas extensionistas, primando por uma formação integral e cidadã dos sujeitos e uma aproximação real e transformadora com a sociedade.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES PARA AVALIAÇÃO:

Atividade 1

Após o momento inicial, de exposição dos conceitos de extensão e seu histórico, sugere-se que seja realizada uma breve apresentação de um ou mais projetos de extensão desenvolvidos no *campus*, com vistas a proporcionar um primeiro contato com práticas extensionistas.

Podem ser apresentados: objetivos da proposta; comunidade externa envolvida no projeto; metodologia de trabalho; ações já realizadas; resultados esperados e/ou resultados já alcançados; imagens das ações, se houver; depoimentos dos discentes e comunidade envolvida, se houver; demais informações que julgar pertinente.

Proponha aos discentes que realizem uma breve análise dos projetos apresentados e busquem identificar quais outras ações po-

deriam ser propostas para que os objetivos indicados na proposta sejam alcançados. Também poderão analisar se a comunidade participou da elaboração da proposta, se as ações propostas e/ou realizadas contribuíram para a formação discente, se os conhecimentos abordados em sala de aula foram utilizados nas ações propostas e/ou realizadas, entre outros.

Esta proposição de atividade não terá o fim de julgamento sobre o que está sendo realizado pelos projetos e sim, desenvolver nos discentes a capacidade de análise sobre as possibilidades de oferta frente à determinada demanda social e a participação dos sujeitos na proposição e execução das ações.

Atividade 2

Após a explanação do tópico “Base Legal da extensão”, sugere-se que os discentes se dividam em pequenos grupos e consultem como a extensão se faz presente nos documentos mencionados. Após o momento de leitura e discussão pelos grupos, recomenda-se que os discentes realizem uma breve apresentação ao grande grupo.

Atividade 3

Ao final deste módulo, sugere-se que os discentes elaborem mapas conceituais sintetizando os principais pontos sobre a extensão. Os materiais produzidos poderão ser utilizados nas demais atividades do componente curricular.



ATENÇÃO!

Mapa Conceitual é um diagrama ou ferramenta gráfica que representa visualmente as relações entre conceitos e ideias. A maioria dos mapas conceituais descreve ideias, como caixas ou círculos (também chamados de nós), que são estruturados hierarquicamente e conectados com linhas ou setas (também chamados de arcos).

Sugestão de ferramentas gratuitas para a elaboração do mapa conceitual: Cmap Tools, Lucidchart, Miro, Creately.

Abaixo seguem sugestões de vídeos sobre a elaboração de mapas conceituais:

SUGESTÃO DE BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:



Basta clicar nos links ao lado para acessar os arquivos digitais.

- Extensão ou Comunicação? Paulo Freire (1983)
- Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão / Forproex (2006)
- Extensão Universitária: organização e sistematização / Forproex (2007)
- Extensão Tecnológica: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica / Forproext (2013)

- Contribuições para a Política de extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica / Forproext (2015)
- Extensão Universitária: Para quê? / Moacir Gadotti (2017)
- Extensão universitária: trajetórias e desafios / Sandra de Deus (2020)
- 10 anos de extensão da Rede Federal de Educação Profissional / Organizadores: Régia Lúcia Lopes, Renato Tannure Rotta de Almeida (2021)
- Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional / Flavi Ferreira Lisbôa Filho (2022)

MÓDULO 2

A EXTENSÃO NO IFPR

PLANO DE AULA

Carga horária: 4 (quatro) horas

Objetivos:

- Compreender a organização da extensão no IFPR;
- Conhecer as instâncias institucionais vinculadas à extensão;
- Pesquisar e refletir sobre ações desenvolvidas na instituição;
- Analisar interações dialógicas presentes nas ações de extensão desenvolvidas;
- Ampliar a compreensão da concepção de extensão presente no IFPR.

Conteúdos:

Organização da Extensão no IFPR; Fomento das ações de extensão, Sistema de gerenciamento para os projetos; Divulgação das ações desenvolvidas na instituição.

Metodologia:

Aula expositiva; Pesquisa e análise de projetos; Exposição de relatos e artigos de ações de extensão; Discussão em grupo.

Recursos Didáticos:

Quadro branco, caneta de quadro e apagador; Projetor Multimídia; Computador e/ou outros recursos digitais para consultas e elaboração de atividades; Ferramenta de gerenciamento (sistema institucional); demais recursos que se fizerem necessários.

Antes de visar a elaboração de uma proposta extensionista, apresenta-se neste módulo a organização da extensão institucionalmente.

A Extensão no IFPR

As ações de extensão no IFPR são desenvolvidas a partir das metas e objetivos presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023).

O PDI, dentre outras premissas, apresenta a missão da instituição, na qual fica evidente o papel da extensão para a formação integral dos sujeitos, conjuntamente ao ensino e à pesquisa:

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita e de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral de cidadãos críticos, empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade e com o desenvolvimento local e regional (IFPR, 2020, p. 19).

O setor responsável pela coordenação, planejamento, orientação e avaliação das atividades extensionistas realizadas em toda a instituição é a Diretoria de Extensão, Arte e Cultura (Diext). Essa diretoria encontra-se vinculada à Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Proeppi) e atua em conjunto com os 27 (vinte e sete) *campi* da instituição e demais Pró-Reitorias em busca da consolidação das políticas de extensão.

Nos *campi*, o setor responsável pelas ações de extensão é a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão¹, por meio da Coordenação de Pesquisa e Extensão. Os *campi* também contam com os Comitês de Pesquisa e Extensão (Cope), os quais, dentre outras atribuições, acompanham as atividades desenvolvidas, sendo uma unidade de assessoramento à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Com relação aos marcos legais internos ao IFPR, estes correspondem aos documentos que dão legalidade à prática da extensão na instituição, sendo eles:

- Regimento Geral do IFPR
- Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPR (PDI 2019-2023)

¹Exceto o *Campus* Curitiba, o qual possui uma Diretoria específica para o Ensino e outra para Pesquisa e Extensão.



Basta clicar nos links ao lado para acessar os arquivos digitais.

- Resolução Consup nº 02/2009 - estabelece as diretrizes para a gestão das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no IFPR
- Resolução Consup nº 11/2018 - aprova o regulamento das atividades de extensão do IFPR
- Instrução Normativa nº 01/2021 - regulamenta a implementação da curricularização da extensão no IFPR

Para fins de fomento às ações de extensão, o IFPR dispõe de alguns programas institucionais, os quais concedem bolsas aos discentes que participam das ações dos projetos vinculados ao Cope do *campus*, auxílio financeiro aos coordenadores dos projetos para o desenvolvimento das ações e recurso financeiro para aquisição de equipamentos.

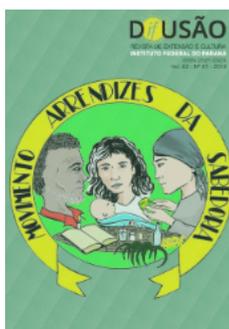
Conheça um pouco mais sobre os programas no quadro a seguir.

Programas	Resolução	Fomento
Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex)	nº 76/2018	Bolsas para estudantes
Programa Institucional de apoio ao Extensionista (Piae)	nº 79/2018	Auxílio financeiro para desenvolvimento das ações
Programa Institucional de Educação em Direitos Humanos (PIDH)	nº 72/2018	Bolsas para estudantes e auxílio financeiro desenvolvimento das ações
Programa de apoio à aquisição de equipamentos para Pesquisa, Extensão, Arte, Cultura, Inovação e Pós-Graduação (Proeq)	nº 81/2018	Recurso financeiro para o aquisição de equipamentos

Divulgação das ações

Por fim, cabe enfatizar as ações de divulgação das ações desenvolvidas institucionalmente.

A Revista Difusão tem por propósito o estímulo e a divulgação das ações de extensão, arte e cultura. Conta com publicações de relatos de experiência das atividades desenvolvidas nos projetos tanto da instituição, como de outras instituições públicas de ensino técnico e/ou superior. Anualmente são publicadas chamadas para seleção de artigos a serem publicados na Revista.



Fonte: Revista Difusão (2022)



ATENÇÃO!

Conheça a Revista Difusão por meio do botão abaixo:

O Portal das Artes do IFPR é um espaço virtual para divulgação de atividades artísticas, culturais e assuntos relacionados a Arte e a Cultura, envolvendo também as ações de extensão desenvolvidas nos *campi*, relacionadas à temática.



ATENÇÃO!

Conheça o Portal das Artes por meio do link:

Além da Revista Difusão e do Portal das Artes do IFPR, outras formas de socialização das ações desenvolvidas são a participação discente nos eventos da instituição, participação em eventos externos, submissão de artigos em outros periódicos de extensão.

A fim de sintetizar as informações apresentadas até aqui, sugere-se os vídeos institucionais indicados abaixo. Todos os materiais encontram-se disponíveis no Canal da Proeppi no YouTube.



Basta clicar nos links ao lado para acessar os arquivos digitais.

→ [Você sabe o que é extensão?](#)

→ [História da Extensão](#)

→ [Curricularização da extensão](#)

SUGESTÃO DE ATIVIDADES PARA AVALIAÇÃO:

Atividade 1:

Ao final deste módulo, sugere-se que os discentes conheçam os projetos de extensão em execução no seu *campus*. Por meio de pesquisa no Siscope, os discentes poderão escolher alguns projetos e identificar quais tipos de ação estão sendo realizadas, qual o público alvo de cada ação, quais áreas estão envolvidas nos projetos e demais informações que você julgar pertinente para a atividade.



ATENÇÃO!

Você sabia que o Siscope possui um modo de consulta pública para todos os projetos desenvolvidos? Clique no botão abaixo e navegue pelos mais diversos *campi* do IFPR e seus projetos.

Atividade 2:

Os discentes poderão trabalhar com a análise de relatos de

extensão publicados na Revista Difusão e/ou em outros periódicos da temática. Este contato com as publicações proporcionará aos discentes uma análise de como propor um projeto, como envolver a comunidade nas ações, quais objetivos buscar nas ações etc.

SUGESTÃO DE BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

O livro “10 anos de extensão da Rede Federal de Educação Profissional” é uma obra que apresenta o desenvolvimento da extensão nos 10 (dez) primeiros anos de existência da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Apresenta relatos de 31 (trinta e uma) instituições pertencentes à Rede, inclusive um artigo sobre a extensão no IFPR.

MÓDULO 3

ELABORANDO UMA PROPOSTA DE EXTENSÃO

PLANO DE AULA

Carga horária: 8 (oito) horas

Objetivos:

- Identificar os diferentes tipos de ações de extensão e suas características;
- Propor ações de extensão com foco nas demandas sociais;
- Levantar as demandas sociais com potencial de atuação do IFPR;
- Identificar os conceitos e princípios de extensão e sintetizá-los em uma proposta de ação de extensão;
- Analisar as propostas desenvolvidas de acordo com sua aplicabilidade.

Conteúdos:

Tipos de ações de extensão; Áreas Temáticas da extensão; Linhas da extensão.

Metodologia:

Aula expositiva; Apresentação de projeto nacional; Construção de propostas; Apresentação e análise das propostas.

Recursos Didáticos:

Quadro branco, caneta de quadro e apagador; Projetor Multimídia; Computador e/ou outros recursos digitais para realização da atividade proposta; demais recursos que se fizerem necessários.

Descritas as perspectivas conceituais e a trajetória histórica, normativa e organizacional, é hora de propor um modelo para a construção de uma ação de extensão.

Contudo, antes disso faz-se necessário caracterizar os diferentes tipos de ações de extensão desenvolvidas no IFPR, de acordo com a Resolução nº11/2018, bem como as áreas temáticas e as linhas da extensão, elementos considerados essenciais para a caracterização de uma proposta.

Tipos de ação de extensão

As ações de extensão são classificadas em: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e publicações.

Ainda com embasamento no ato normativo que rege a extensão no IFPR, no quadro a seguir são apresentadas as definições para cada tipo de ação.

Tipo de ação	Características
Programa	Conjunto de ações articuladas que podem envolver projetos, cursos, eventos, publicações. Integrado às atividades de pesquisa e de ensino, esta modalidade de ação possui caráter multidisciplinar
Projeto	Ação processual contínua, de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. Poderá estar vinculada a um programa e prever diferentes atividades, quais sejam: cursos, eventos, publicações
Cursos	Ações educativas dentro de projetos de extensão, podendo ser de caráter teórico e/ou prático, ofertados de modo presencial ou a distância. A carga horária estabelecida deverá contemplar entre 8 (oito) a 159 (cento e cinquenta e nove) horas
Eventos	Ações de apresentação e/ou exibição pública e aberta com caráter específico de divulgação de conhecimento e/ou produto científico/tecnológico
Prestação de serviços	Serviço técnico especializado prestado pelo IFPR à comunidade, com finalidade pública e social, necessariamente vinculada a projetos ou programas de extensão
Publicação	Produção bibliográfica (manual, jornal, revista, livro, relatório técnico, anais, outros) e produtos acadêmicos (filmes, vídeos; CDs, programa de rádio, programa de TV, outros) resultados das ações de extensão, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica

Áreas temáticas

Todas as ações de extensão deverão ser classificadas segundo sua área temática e para isso deverá ser observado o objeto ou temática da ação. São elas:

- 1) Comunicação
- 2) Cultura
- 3) Direitos Humanos e Justiça
- 4) Educação
- 5) Meio Ambiente
- 6) Saúde
- 7) Tecnologia e Produção
- 8) Trabalho

Linhas da Extensão

Também se faz necessário apresentar as linhas de extensão, as quais sistematizam as formas de operacionalização mais frequentes das ações. As linhas podem estar ligadas a qualquer uma das áreas temáticas apresentadas no tópico anterior.

- 1) Alfabetização, Leitura e Escrita
- 2) Artes Integradas
- 3) Artes Visuais e Audiovisuais
- 4) Dança
- 5) Livro e Literatura
- 6) Comunicação Estratégica
- 7) Desenvolvimento de Produtos

- 8) Desenvolvimento Regional
- 9) Desenvolvimento Rural e Questão Agrária
- 10) Desenvolvimento Tecnológico
- 11) Desenvolvimento Urbano
- 12) Direitos Individuais e Coletivos
- 13) Educação Profissional
- 14) Empreendedorismo
- 15) Emprego e Renda
- 16) Endemias e Epidemias
- 17) Divulgação Científica e Tecnológica
- 18) Esporte e Lazer
- 19) Estilismo
- 20) Fármacos e Medicamentos
- 21) Formação de Professores
- 22) Gestão do Trabalho
- 23) Gestão Informacional
- 24) Gestão Institucional
- 25) Gestão Pública
- 26) Grupos Sociais Vulneráveis
- 27) Infância e Adolescência
- 28) Inovação Tecnológica
- 29) Jornalismo
- 30) Jovens e Adultos
- 31) Línguas Estrangeiras
- 32) Metodologias e Estratégias de Ensino/Aprendizagem
- 33) Mídias

- 34) Música
- 35) Organizações da Sociedade e Movimentos Sociais e Populares
- 36) Patrimônio Cultural, Histórico e Natural
- 37) Pessoa com Deficiências, Incapacidades e Necessidades Especiais
- 38) Propriedade Intelectual e Patente
- 39) Questões Ambientais
- 40) Recursos Hídricos
- 41) Resíduos Sólidos
- 42) Saúde Animal
- 43) Saúde da Família
- 44) Saúde e Proteção no Trabalho
- 45) Saúde Humana
- 46) Segurança Alimentar e Nutricional
- 47) Segurança Pública e Defesa Social
- 48) Teatro
- 49) Tecnologia da Informação
- 50) Terceira Idade
- 51) Turismo
- 52) Uso de Drogas e Dependência Química
- 53) Desenvolvimento Humano



ATENÇÃO!

Clicando aqui, você terá acesso à descrição completa de cada linha de extensão.



Conhecendo o Projeto Rondon

A fim de inspirar você professor, e todos os seus discentes, apresenta-se aqui um exemplo de projeto de extensão.

Coordenado pelo Ministério da Defesa, o Projeto Rondon é o maior projeto de extensão universitária do Brasil. Iniciou suas ações em 1967, inspirado em Cândido Mariano Rondon, o Marechal Rondon, conhecido por sua atuação junto às comunidades indígenas e por explorar uma parte do país até então desconhecida.

Ao longo desses anos, tem contribuído para o desenvolvimento e o fortalecimento da cidadania e para o seu conhecimento dos problemas brasileiros, empregando soluções sustentáveis para a inclusão social e a redução das desigualdades regionais, cooperando, portanto, com o desenvolvimento nacional.



Vamos conhecer um pouco mais sobre o Projeto Rondon?

Esta edição do programa Caminhos da Reportagem (TV Brasil), transmitida em 03/09/2019, mostra a atuação de equipes no Projeto Rondon nos estados do Acre e do Piauí. Durante duas semanas, estudantes e professores de instituições de ensino superior percorreram cidades selecionadas pelo projeto e em cada localidade foram desenvolvidas atividades junto à população, sempre considerando as necessidades de cada comunidade.

Com o vídeo é possível verificar as diretrizes da extensão, seu viés de transformação social, a importância do diálogo com a comunidade na definição das ações e o impacto na formação discente.

Enfim, elaborando uma proposta de extensão

Agora que já se conhece a caracterização de cada uma das ações de extensão, das áreas temáticas e linhas da extensão, apresenta-se neste tópico uma sugestão para elaboração de uma proposta extensionista.

Na proposição de qualquer ação, independentemente do tipo escolhido, faz-se necessário considerar as diretrizes pactuadas na Política Nacional de Extensão Universitária, apresentadas no módulo 1: Interação dialógica; Interdisciplinaridade e interprofissionalidade; Indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão; Impacto na formação discente; Impacto e transformação social.

Deste modo, antes da formulação de uma proposta, sugere-se trabalhar as seguintes abordagens com os discentes:

- Que tipo de atividade queremos oferecer?
- Quem será o público-alvo das ações?
- As atividades a serem propostas possuem alguma relação com o curso?
- Qual o impacto destas atividades para a formação discente?
- Os discentes estarão envolvidos em todas as etapas da ação?
- Qual o impacto de transformação social almejado por estas atividades?

Estimule os discentes a ouvirem as demandas da comunidade trazidas por seus sujeitos e/ou observadas pela própria comunidade interna do IFPR, e integre as atividades de extensão em sua prática pedagógica.

Após as reflexões anteriormente sugeridas, os discentes poderão elaborar uma proposta de extensão utilizando o formulário abaixo indicado. Esta construção poderá ser realizada de modo individual, em pequenos grupos ou em proposta única para toda a tur-

ma, a depender das especificidades de cada curso e/ou dos sujeitos envolvidos na ação.

PROPOSTA DE AÇÃO DE EXTENSÃO	
Tipo de ação	<i>Indicar um dos tipos de ação de extensão.</i>
Área Temática	<i>Indicar uma das áreas temáticas. No caso de mais áreas envolvidas, indicar a prioritária.</i>
Linha de extensão	<i>Indicar a/s linha/s de extensão envolvidas na proposta.</i>
Público-alvo	<i>Indicar qual público externo será atendido pela ação.</i>
Local onde ação será realizada	<i>É possível que a atividade se realize em uma ou mais localidades, dentro ou fora do campus.</i>
Objetivos	<i>Contemplar as ações que serão utilizadas para atingir as finalidades da proposta</i>
Justificativa	<i>Ressaltar a relevância da proposta para a comunidade, para a instituição, para a formação discente e para a transformação social.</i>
Fundamentação Teórica	<i>Apresentar aporte teórico que situe a pesquisa. Abordar a temática a ser trabalhada na ação.</i>

Metodologia

Descrever como será realizado o planejamento, a organização e a execução das atividades. Como será realizado o diálogo com a comunidade.

Resultados esperados

Indicar quais são as expectativas ao final da atividade.

Recursos materiais necessários

Descrever quais materiais serão necessários para a execução da atividade.

Outros componentes curriculares

Indicar quais outros componentes curriculares poderão ser envolvidos na realização da atividade.

Outras informações necessárias

Acrescentar informações extras que se fizerem necessárias. Preenchimento facultativo.

Cronograma

Descrever as etapas de execução da proposta (etapa, previsão de data, local de realização).

Referências Bibliográficas

Indicar todo o material indicado na construção da proposta.



ATENÇÃO!

Como a extensão depende de relacionamento com o público externo, alguns tipos de parceria necessitarão de uma institucionalização por meio de instrumentos jurídicos, principalmente se houver a previsão de repasse de recursos entre as instituições, contrapartidas etc. Essa necessidade dependerá da complexidade da ação a ser realizada. Caso você tenha dúvidas sobre como proceder nesse aspecto, as equipes gestoras da instituição poderão lhe auxiliar.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES PARA AVALIAÇÃO:

A elaboração de uma proposta de extensão abordada neste módulo já se configura como uma das atividades avaliativas. No entanto, neste momento também poderão ser realizadas análises e discussões sobre as propostas elaboradas, bem como a definição de quais propostas serão colocadas em prática, caso haja a necessidade de delimitar o número de ações. Também é o momento de redefinição de estratégias e metodologias, que se fizerem necessárias.

SUGESTÃO DE BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:



Basta clicar no link ao lado para acessar os arquivos digitais.

- O uso das bibliotecas na Educação Profissional e Tecnológica e o fomento à leitura: possibilidades para a curricularização da extensão
- Gostar de Gente - Extensão Universitária e cidadania

MÓDULO 4

PRATICANDO A EXTENSÃO

PLANO DE AULA

Carga horária: 14 (catorze) horas

Objetivos:

- Compreender o fazer extensionista por meio da vivência e aplicação de uma ação de extensão;
- Analisar as interações dialógicas por meio do desenvolvimento de uma ação de extensão;
- Atuar como protagonistas nas demandas sociais em prol da transformação de realidades;
- Aproximar o IFPR da sociedade, ampliando seu potencial de atuação e transformação;
- Democratizar o conhecimento, valorizando o diálogo, a troca de saberes, o debate e a transformação social.

Observação:

Os conteúdos, metodologia, recursos didáticos necessários e bibliografia serão indicados em cada proposta de ação, sob orientação do docente e de acordo com a área desenvolvida na proposta.

Este módulo está voltado à prática das ações extensionistas propostas pelos discentes. Espera-se que os tópicos abordados nos módulos anteriores tenham auxiliado e norteiem o processo de planejamento e execução das atividades.

O primeiro passo para a prática da extensão envolve a escolha das propostas a serem trabalhadas, considerando para isto as características e possibilidades de cada curso, turma e *campus*.

Com relação à viabilidade técnica e de execução das propostas, sugere-se uma análise embasada nos pontos indicados a seguir.

- O cronograma proposto é viável, de acordo com a carga horária disponibilizada para a prática extensionista?
- Os materiais e recursos necessários para as atividades encontram-se disponíveis?
- As atividades propostas possuem critérios de aplicabilidade, sendo possível desempenhá-las mediante recursos e materiais disponíveis?
- Como será realizada a logística de deslocamento dos discentes e/ou da comunidade, se for o caso?
- A proposta necessitará de algum instrumento jurídico formalizado entre as instituições envolvidas para sua execução?

Esta análise auxiliará na definição das propostas viáveis para o período letivo. As propostas não acolhidas neste momento, se for o caso, poderão ser trabalhadas nos componentes curriculares de outros períodos do curso, ou poderão ser ofertadas por meio de projetos de extensão cadastrados no Cope do *campus*.



ATENÇÃO!

No caso de discentes menores de idade, tanto do IFPR, quanto das instituições parceiras, será necessário verificar como se dará a autorização dos responsáveis para o desenvolvimento das atividades, se houver deslocamento destes.

O registro do desenvolvimento da atividade de extensão

Ao final da prática extensionista sugere-se um diagnóstico das ações realizadas, conforme abordagem do módulo a seguir.

Este diagnóstico poderá se consolidar por meio da elaboração de relatórios, portfólios, publicações, entre outros. Sendo assim, realizar o registro do desenvolvimento das atividades faz-se necessário.

Para este fim, poderão ser utilizados os mais diversos meios, como: fotos, vídeos, questionários, entrevistas, atas, etc. A diversidade de meios e formas destes registros enriquecerá ainda mais a memória e o resultado da ação.

MÓDULO 5

AVALIANDO A PRÁTICA EXTENSIONISTA

PLANO DE AULA

Carga horária: 6 (seis) horas

Objetivos:

- Fomentar a análise e discussão das ações de extensão colocadas em prática.
- Levantar as potencialidades e fragilidades das ações desenvolvidas.
- Consolidar a análise dos resultados da ação aplicada.
- Incentivar a participação de todos os sujeitos no processo avaliativo.
- Apresentar um rol de questionamentos e abordagens para avaliação de uma ação de extensão.
- Propor a divulgação dos resultados da avaliação, com discussão dos pontos junto à comunidade acadêmica.

Observação:

Os conteúdos, metodologia e recursos necessários serão indicados de acordo com o tipo de avaliação a ser realizada, sob orientação do docente.

De acordo com Severino (2013), todas as atividades humanas precisam ser sempre avaliadas, pois elas não se determinam de forma mecânica e automática. Esta necessidade também se estende ao âmbito educacional, uma vez que com o diagnóstico será possível apreciar os resultados obtidos, identificar as perdas e as conquistas, os erros e os acertos, para que, se necessário, se possa ajustar e reorientar uma prática.

O ato de avaliar uma atividade de extensão é um processo complexo e dinâmico, por meio do qual é possível identificar, a partir da ação, estratégias, abordagens, instrumentos e ações necessários. A avaliação da extensão também permitirá que a instituição conheça suas potencialidades e fragilidades, bem como oriente os caminhos a serem percorridos pela instituição, norteando a relação da instituição com a sociedade.

Espera-se que a partir do processo avaliativo, e das ações decorrentes da avaliação, ocorra um crescimento institucional e um atri-

moramento das práticas, pautados pelo atendimento às demandas da sociedade. E, neste sentido, todas as etapas realizadas num processo extensionista deverão ser cuidadosamente planejados, realizados e avaliados, buscando que de fato desenvolva-se a extensão de acordo com seus preceitos e diretrizes.

Ainda sobre o exercício avaliativo, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019/2023), a avaliação permitirá um aprofundamento de conhecimentos para apreender o contexto da realidade institucional, identificando suas lacunas, necessidades, potencialidades, além de permitir a correção de rumos e a segurança do caminhar para o alcance dos objetivos. O conjunto de informações obtido, durante e após a avaliação, possibilitará uma visão diagnóstica dos processos.

Diversas são as possibilidades de avaliação sobre o desenvolvimento de uma ação de extensão, as quais podem perpassar a observação, o levantamento de informações por meio de questionários e/ou entrevistas, elaboração de relatórios, entre outros. Estes métodos de avaliação poderão ser utilizados de forma isolada ou combinados entre si, poderão ser realizados no decorrer e ao final das atividades, a depender dos objetivos de avaliação.

Faz-se necessário salientar a importância de se oportunizar a participação de todos os sujeitos no processo avaliativo, para que se desenvolva uma metodologia cooperativa e participativa de avaliação, sob a perspectiva dos discentes, dos docentes, da comunidade externa, da equipe gestora do *campus* e demais agentes envolvidos.

Com vistas a contribuir para o processo diagnóstico, apresenta-se um rol de abordagens acerca da realização de uma ação de extensão. As questões foram agrupadas em 3 blocos (análise acadêmica, análise social e análise de exequibilidade das ações) e poderão auxiliar o processo avaliativo a ser definido pela equipe executora da ação.

I. ANÁLISE ACADÊMICA DAS AÇÕES REALIZADAS - as atividades de extensão deverão apresentar-se como uma prática educativa, cultural, política, social, inclusiva, científica e tecnológica, contribuindo desta maneira com a formação discente. Neste quesito, sugere-se que o diagnóstico seja realizado tanto pelo docente, quanto pelos discentes envolvidos.

Abordagens sugeridas:

- As atividades foram planejadas buscando um diálogo com a pesquisa e com o ensino?
- A prática extensionista permitiu aos discentes a experimentação de ações integradas, envolvendo uma articulação com o ensino e a pesquisa?
- A realização das ações abriu novos horizontes para aplicação das atividades em outros contextos?
- Em que medida ocorreu a interdisciplinaridade e interprofissionalidade nas ações desenvolvidas?
- As ações desenvolvidas contribuíram para a formação discente?
- Se sim, em qual aspecto as ações realizadas contribuíram para a formação discente?
- As atividades contribuíram para uma maior compreensão da atuação dos discentes na área de trabalho?
- As práticas extensionistas auxiliaram os discentes a tomarem consciência sobre a realidade social da população?
- As ações proporcionaram um reconhecimento do compromisso social da atuação profissional a ser realizada pelos discentes junto à sociedade?
- O protagonismo estudantil esteve presente em todas as etapas da proposta?
- Quais dificuldades e desafios encontrados com relação a atuação

discente durante as ações?

- Quais os pontos positivos com relação a atuação discente durante as ações?

- A proposta gerou algum produto? (artigos, livros, capítulos, comunicação em eventos, produções audiovisuais, produções artísticas, etc)

- É possível dar continuidade à ação no decorrer do curso ou em outras turmas?

II. ANÁLISE SOCIAL DAS AÇÕES REALIZADAS - a prática extensionista se realizará pela articulação da instituição com a sociedade, em busca da transformação social. A avaliação das ações realizadas contemplará a análise da equipe executora das ações, mas principalmente a análise realizada pela comunidade externa atendida pelas ações, visando avaliar o impacto social e a relação estabelecida com a comunidade.

Abordagens sugeridas:

- Qual o perfil da comunidade externa atendida? (crianças, adolescentes, idosos, pessoas em vulnerabilidade social, trabalhadores, mulheres, homens, escolas, grupos de profissionais, idade, grau de instrução etc)

- Qual o número de participantes externos?

- Qual foi a estratégia utilizada para aproximação e atuação da equipe? (reuniões, visitas, oferta de curso, palestras etc)

- As ações realizadas atenderam à necessidade da comunidade atendida?

- A comunidade participou ativamente do levantamento das demandas e da definição das atividades ofertadas?

- Após a intervenção realizada junto à comunidade, houve necessidade de ajustes das ações propostas?

- Houve a valorização do conhecimento prévio dessas comunidades, buscando a dialogicidade e a troca de conhecimento?
- As ações realizadas promoveram a transformação social esperada?

III. ANÁLISE DA EXEQUIBILIDADE DAS AÇÕES – a exequibilidade deverá ser analisada pela capacidade de desenvolvimento do projeto, considerando a carga horária, o cronograma, os recursos necessários e a metodologia. A análise deverá ser realizada tanto pela equipe executora, quanto pela comunidade atendida.

Abordagens sugeridas:

- As atividades foram desenvolvidas dentro do prazo previsto?
- A carga horária apresentada foi adequada para o desenvolvimento da proposta?
- Os objetivos propostos foram alcançados?
- A metodologia utilizada foi adequada, considerando o perfil da comunidade atendida, os objetivos propostos e a carga horária?
- O número de participantes na equipe executora foi adequado às demandas necessárias para realização das atividades?
- O local de realização das ações foi adequado?
- Os recursos necessários à realização das ações foram disponibilizados?
- Existe possibilidade de continuidade da ação junto à comunidade?
- Quais as dificuldades e desafios enfrentados na execução das ações?
- Quais os pontos positivos levantados na execução das atividades?

Analisar e responder a estes aspectos auxiliará a equipe executora na consolidação dos resultados das ações, no levantamento das necessidades de aprimoramentos e na redefinição de estratégias e

abordagens, se for o caso. No entanto, não são apenas as fragilidades que deverão ser abordadas durante o processo avaliativo, sendo essencial identificar todas as qualidades e aspectos positivos da ação.

Quanto aos aspectos negativos, após sua constatação, é importante identificar suas causalidades, estabelecendo estratégias e meios para sua superação.

Com relação aos resultados da avaliação, estes poderão ser apresentados à comunidade acadêmica por meio de relatórios, produtos diversos, plano de melhorias, entre outros, a depender dos objetivos e possibilidade de cada proposta. Sugere-se também o retorno à comunidade externa participante da ação para exposição dos resultados e diálogo.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES PARA AVALIAÇÃO:

Atividade 1:

Ao final do módulo e após a aplicação prática da ação extensionista, sugere-se que as equipes executoras da ação elaborem um relatório de atividades, considerando as abordagens apresentadas no módulo (análise acadêmica, análise social e análise de executabilidade das ações).

Atividade 2:

Para finalização do componente curricular, sugere-se a realização de um Seminário com vistas à apresentação do resultado de cada ação executada.

SUGESTÃO DE BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:



Basta clicar no link ao lado para acessar os arquivos digitais.

→ Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão / Forproex (2013)

Considerações Finais

Com o desenvolvimento deste produto educacional, pretendeu-se colaborar no processo de inserção das atividades de extensão no currículo dos Cursos Superiores de Tecnologia do IFPR, o qual também poderá ser utilizado nos demais cursos da instituição.

Conforme já mencionado anteriormente, a construção deste não teve como intuito apresentar uma fórmula pronta e definitiva, ou ainda traduzir o material como a melhor estratégia para fins da curricularização da extensão, pois esta afirmação dependerá das especificidades dos cursos, dos *campi*, da comunidade acadêmica, e todas estas características deverão ser consideradas para a escolha do currículo a ser ofertado. Deste modo, este produto se apresenta como uma possibilidade de ação para a inserção curricular das atividades de extensão.

O conteúdo trabalhado em sala de aula, nos mais diversos componentes curriculares ofertados pelos cursos, pode se transformar em um grande referencial de transformação, basta termos um olhar mais sensível para os aspectos sociais presentes nas comunidades, na instituição e na vida de nossos discentes, e estarmos dispostos a buscar uma mudança de realidades por meio do potencial oferecido pelo IFPR.

Enfatiza-se que só é possível realizar a extensão com o intuito de transformação social. Neste aspecto, torna-se relevante destacar que a prática extensionista não produzirá impactos apenas sobre a sociedade. Enquanto parte da sociedade, a instituição também será transformada e impactada. Fazer extensão exige muita dedicação e trabalho, mas seus resultados são compensadores a todos os envolvidos.

Ainda, por meio da articulação da extensão com o ensino e a pesquisa, atua-se em busca da formação integral dos sujeitos, conscientes da sociedade em que se encontram inseridos, e na qual atuarão profissionalmente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Decreto nº 19.857, de 11 de abril de 1931**. Estatuto da Universidade Brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República. Disponível em encurtador.com.br/lAVY9. Acesso em 15 out. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: encurtador.com.br/fCHI8. Acesso em 15 out. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: encurtador.com.br/bjpS6. Acesso em 15 out. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: encurtador.com.br/ixFI3. Acesso em 15 out. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: encurtador.com.br/gMTZ2. Acesso em 15 out. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: encurtador.com.br/eyPY8. Acesso em 15 out. 2022.
- BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira [...]. Brasília, DF: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, 2018. Disponível em: encurtador.com.br/inv39. Acesso em 15 out. 2022.
- FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.
- FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política nacional de Extensão Universitária**. Manaus: Forproex, 2012.
- FORPROEXT. Fórum de Pró-Reitores de Extensão ou cargos equivalentes das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e

Tecnológica. **Extensão Tecnológica – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Cuiabá: Conif, 2013. em: encurtador.com.br/aozLP. Acesso em 15 out. 2022.

IFPR. Instituto Federal do Paraná. **Resolução nº 02, de 30 de março de 2009.** Estabelece diretrizes para a gestão das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito do IFPR. Curitiba: Conselho Superior, 2009. Disponível em: encurtador.com.br/jpZ35. Acesso em 15 out. 2022. IFPR. Instituto Federal do Paraná. **Resolução nº 76, de 21 de dezembro de 2018.** Aprova as normas relativas ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex) no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Curitiba: Conselho Superior, 2018. Disponível em: encurtador.com.br/dhU28. Acesso em 15 out. 2022.

IFPR. Instituto Federal do Paraná. **Resolução nº 56, de 03 de dezembro de 2012.** Aprova o Regimento Geral do IFPR. Curitiba: Conselho Superior, 2012. Disponível em: encurtador.com.br/cACPU. Acesso em 15 out. 2022. IFPR. Instituto Federal do Paraná. **Resolução nº 79, de 21 de dezembro de 2018.** Aprova as normas relativas ao Programa Institucional de Apoio ao Extensionista, no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Curitiba: Conselho Superior, 2018. Disponível em: encurtador.com.br/crwMY. Acesso em 15 out. 2022.

IFPR. Instituto Federal do Paraná. **Resolução nº 11, de 27 de março de 2018.** Aprova e institui as diretrizes para as atividades de extensão no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Curitiba: Conselho Superior, 2018. Disponível em: encurtador.com.br/derJX. Acesso em 15 out. 2022. IFPR. Instituto Federal do Paraná. **Resolução nº 81, de 21 de dezembro de 2018.** Aprova as normas relativas ao Programa de apoio à aquisição de equipamentos para pesquisa, extensão, arte, cultura, inovação e Pós-Graduação (Proeq), no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Curitiba: Conselho Superior, 2018. Disponível em: encurtador.com.br/dfsJ2. Acesso em 15 out. 2022.

IFPR. Instituto Federal do Paraná. **Resolução nº 72, de 20 de dezembro de 2018.** Aprova as normas relativas ao Programa Institucional de Educação em Direitos Humanos (PIDH) do Instituto Federal do Paraná. Curitiba: Conselho Superior, 2018. Disponível IFPR. Instituto Federal do Paraná. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019/2023.** Curitiba: IFPR, 2020. Disponível em: encurtador.com.br/quxAN. Acesso em 15

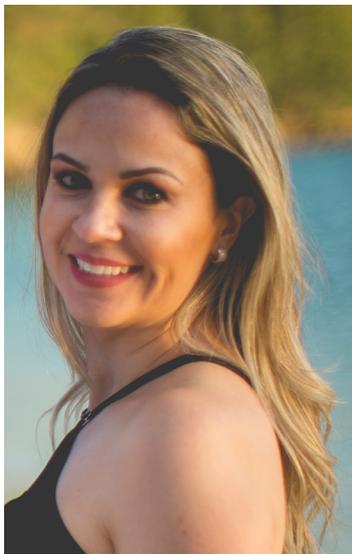
out. 2022.

IFPR. Instituto Federal do Paraná. **Instrução Normativa nº 1, de 26 de julho de 2021**. Institui a regulamentação para a implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do IFPR. Curitiba: IFPR, 2021. Disponível em: encurtador.com.br/bhksv. Acesso em 15 out. 2022.

LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

Sobre os autores



Samanta Ramos dos Santos Leske é bióloga e desde 2011 atua como servidora no IFPR. Sua carreira profissional iniciou em 2000, em uma instituição pública do setor bancário. Com esta experiência, passou a se interessar pelo serviço público e a prestar concursos, dentre eles certames da área educacional. Em 2006 foi nomeada como Auxiliar Administrativo na Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED/PR), cargo no qual permaneceu até 2011.

Ainda neste ano, ingressou no IFPR como Assistente em Administração. Neste cargo, atuou no setor de Coordenação de Convênios e Captação de Recursos da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (à época) e na Secretaria Acadêmica do *Campus* Campo Largo, como Chefe de Seção. No *campus* também atuou como Coordenadora do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e colaboradora em projetos de extensão. Em 2018, recebeu o convite da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Proeppi) para assumir o cargo de Coordenadora de Extensão, no qual permanece até hoje.

Enquanto servidora do IFPR, e por meio da oferta institucional, a autora cursou especialização em Gestão Pública com ênfase em Políticas Públicas, realizou inúmeros cursos de capacitação, participou em eventos de formação (regionais e nacionais) e ingressou no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecno-

lógica (PROFEPT) - Mestrado Acadêmico.

Dentre suas atribuições junto à Coordenação de Extensão, a autora contribui administrativamente junto ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas e dos Núcleos de Arte e Cultura do IFPR. Também atua na Revista Difusão e nas diversas outras ações desenvolvidas pela Diretoria de Extensão, Arte e Cultura (Diext), incluindo todo o processo de discussão, regularização e implementação da curricularização da extensão na instituição.

Desta forma, mantém grande proximidade com a temática abordada em sua pesquisa e no produto educacional aqui apresentado. Por meio de sua experiência profissional e educacional, levantou-se a necessidade de uma contribuição individual para o processo de curricularização da extensão nos Cursos Superiores de Tecnologia do IFPR.

Todas essas experiências proporcionaram à autora um grande desenvolvimento profissional e uma grata experiência ao vivenciar, na prática, o verdadeiro significado dos Institutos Federais para a sociedade, bem como, oportunizaram a compreensão das concepções da Educação Profissional e Tecnológica e do papel transformador da educação por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.



Leandro Rafael Pinto é Graduado, Mestre e Doutor em Geografia. Especialista em Gestão Escolar. Tem experiência nas áreas de Geografia Física, Geografia Médica e da Saúde, Ensino da Geografia e Geografia Socioambiental, Climatologia Geográfica, Epistemologia da Geografia e Metodologia Científica, além de Educação e Ensino, em especial Educação Profissional e Tecnológica. Desde 2013 é Professor do Instituto Federal do Paraná - Campus Curitiba, atuando nos mais diversos cursos, dentre eles o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), no qual também atuou como coordenador local entre 2016 e 2019. Desde 2019 atua como Diretor de Pós-Graduação do IFPR, diretoria vinculada à Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Proeppi).

